

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Tomaz Silva/Agência Brasil



Ao lado de Lula, Motta foi vaiado

“Face lift” da Câmara vai custar R\$ 5 milhões

Em tempos de procedimentos estéticos e preocupações com a imagem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), resolveu contratar também o “face lift” da instituição que preside. A cirurgia plástica será de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com o contrato, custará R\$ 4,9 milhões. Segundo o texto, destina-se à “moder-

nização da comunicação realizada por meio das mídias digitais da Câmara”. Na esteira do contrato, ele já apareceu nas redes sociais na quinta-feira (16) afirmando que vai colocar em regime de urgência um projeto do deputado Da Vitória (PP-ES) que proíbe companhias aéreas de cobrarem passagheiros pela mala de mão. “A Câmara não vai aceitar esse abuso”, escreveu.

Imagem

O post já viria dessa nova orientação. Pautar temas de interesse mais popular. Se aproximar da sociedade. Motta fez essa postagem um dia depois de ser vaiado em um ato pelo Dia dos Professores no Rio de Janeiro, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pior da história

Além da vaia, ainda amargou ouvir Lula dizer na sua cara que, na avaliação do presidente, o atual Congresso seria o de nível de qualidade mais baixo da história. E Lula ainda disse a Motta durante o evento: ele é que comandaria esse Congresso de baixa qualidade.

Lula Marques/Agência Brasil



PEC da Blindagem: “rasteira” de Alcolumbre

Faltaria a Motta dar rosto à sua gestão

A rigor, há um erro na frase de Lula. Motta comanda apenas a Câmara dos Deputados. Quem é presidente do Congresso é o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Mas não tem sido tanto com o Senado que Lula vem tendo ultimamente problemas, ou com a condução de Alcolumbre. Os proble-

mas maiores são com a Câmara. Então, o recado era mesmo para Motta. O Correio Político ouviu de um deputado bem mais experiente que Motta talvez esteja pagando o preço da sua juventude. Ele tem apenas 36 anos. O fato é que não estaria conseguindo estabelecer um rosto ao seu comando, cedendo a pressões.

Blindagem

Esse deputado conta uma história que envolve a votação da chamada PEC da Blindagem para exemplificar. Segundo ele, Motta o teria ligado pedindo “ajuda” para aprovar o projeto. O deputado não estava presencialmente no plenário. E Motta precisa de votos.

“Rasteira”

“Ou seja, Motta tomou uma rasteira de Alcolumbre”, resume o deputado. “E nós nos desgastamos à toa para aprovar aquilo”. Estaria aí o grande problema do “face lift” de R\$ 5 milhões: a Câmara é que precisa parar de tentar - e de aprovar - ações impopulares.

Senado

Inicialmente, o deputado resistiu. Tentou mesmo aconselhar Motta que a ideia de votar o projeto não era boa. Ao final, diante da insistência no pedido de “ajuda”, acabou cedendo. O projeto foi aprovado, e depois acabou derrubado por unanimidade pelo Senado.

Gayer

Na véspera do post sobre a mala de mão, Motta colocou na pauta da Câmara, sem grande aviso prévio, resolução que suspende o andamento de processo no STF contra o deputado Gustavo Gayer (PL-GO) até o final do seu mandato. A sociedade aplaude? Caberá à FGV dizer...

Alcolumbre adia sessão do licenciamento ambiental

Gesto seria tentativa de reforçar nome de Pacheco no STF

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Alcolumbre tenta emplacar Pacheco no Supremo Tribunal Federal

Por Gabriela Gallo

A sessão conjunta do Congresso Nacional para discutir vetos presidenciais foi adiada, ainda sem data para ser agendada. Inicialmente estava prevista para esta quinta-feira (16) uma sessão conjunta no Congresso Nacional para os congressistas discutirem sobre a derrubada ou manutenção dos 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190, de 2025).

Porém, após articulação do governo federal com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a sessão foi cancelada. Alcolumbre foi explícito. Nota divulgada pela assessoria da presidência do Senado diz: “A decisão atende a uma solicitação da Liderança do Governo no Congresso”.

A medida foi uma vitória para o governo federal, especialmente às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), agendada para 10 de novembro em Belém (PA).

Isso porque a expectativa era que os congressistas, especialmente aqueles vinculados à bancada do agronegócio, votariam para derrubar os vetos presidenciais.

A derrubada também era vista como um troco do Centrao à demissão de apadrinhados de segundo escalão que vem sendo feita por Lula.

Ao Correio da Manhã, o cientista político e coordenador de Análise Política na BMJ Consultores Associados Lucas

Fernandes destacou que, caso a sessão “culminasse na derrubada dos vetos do licenciamento, poderia fechar a semana de uma maneira muito amarga” para o governo. Na avaliação dele, a medida demonstraria “uma fragilidade do governo”.

“[O governo] estaria cobrando um compromisso da comunidade internacional para a COP 30, mas domesticamente não teria conseguido segurar o Congresso nesses vetos que, ao fim, fragilizam muito o licenciamento ambiental, que é um instrumento muito reconhecido do Brasil internacionalmente” disse Fernandes.

STF

A boa vontade de Davi Alcolumbre para derrubar a sessão deve vir acompanhada

de um preço. Com a aposentadoria antecipada de Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), segue a expectativa de quem o presidente Lula indicará como ministro do Supremo. Os principais nomes para assumir a vaga são o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, e o senador e ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) – nome apadrinhado por Alcolumbre.

Apesar de não ter avaliado uma ligação direta entre o adiamento da votação dos vetos com a indicação do presidente ao Supremo, o professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira concorda que “o adiamento da votação será benéfico ao governo federal para últimos ajustes ou

acordos junto aos congressistas para a manutenção dos vetos e na construção dessas alianças pode, eventualmente, entrar a indicação de Pacheco ao STF”.

Questionado pela reportagem, o cientista político Lucas Fernandes, contudo, avaliou que o adiamento da sessão conjunta no Congresso “não representa uma moeda de troca forte o suficiente para sugerir a indicação do Rodrigo Pacheco como ministro do Supremo Tribunal Federal”.

“O adiamento, por si só, não significa que o governo vai conseguir manter todos os vetos do Lula, pelo contrário, existem articulações muito pesadas e é esperado que o governo, quando houver a votação, sofra uma derrota na questão do licenciamento ambiental”.

Governo evita convocação de irmão de Lula em CPMI

Reprodução/Redes Sociais

Por Gabriela Gallo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recusou, nesta quinta-feira (16), a convocação do dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, e irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os membros da comissão rejeitaram todos os onze requerimentos envolvendo Frei Chico, por uma única votação de 19 votos contra a convocação e 11 votos favoráveis.

O Sindnapi foi apontado pela Polícia Federal (PF) na Operação “Sem Desconto” – que trouxe à tona os esquemas ilegais de desvios de recursos de beneficiários do INSS – como uma das associações supostamente envolvidas nas fraudes. Segundo apurações das autoridades, o Sindnapi movimentou R\$ 1,2 bilhão em seis anos, além de ser apontado como um dos que mais desviaram recursos de aposentados por meio de descontos indevidos. Frei Chico é vice-presidente do Sindnapi.

A derrubada do requerimento que convoca o depoimento de Frei Chico foi possível graças à articulação de parlamentares da base do governo. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) defendeu que a convocação de Frei Chico foi movimentada por moti-



Irmão de Lula, Frei Chico é vice-presidente do Sindnapi

vações políticas, alegando que ele entrou no Sindnapi após o período em que a organização criminosa realizou os desvios ilegais – que ocorreu de 2019 a 2024, segundo informações da Polícia Federal.

“Frei Chico faz parte desse sindicato há apenas um ano e não possui atividade administrativa ou financeira. Querem apenas colar seu nome ao do presidente Lula, que foi quem determinou a apuração e afastou responsáveis pelo esquema”, disse a senadora.

Blindagem

Por outro lado, parlamentares da oposição acusam a base governista de tentar blindar Frei Chico, na tentativa de tentar proteger o governo Lula

de qualquer eventual envolvimento no caso. O deputado federal Luiz Lima (Novo-RJ) disse que “o silêncio também faz barulho”.

“Por que os deputados que vão orientar contra querem o silêncio do Frei Chico? O silêncio tem muito a esconder”, disse o parlamentar.

Além dele, o senador Izalci Lucas (PL-DF) ainda defendeu que, independentemente do envolvimento ou não no esquema, o depoimento de Frei Chico é importante para esclarecer a comissão sobre atuações financeiras do Sindicato Nacional dos Aposentados.

“O Sindnapi teve, inclusive, inclusões de cadastros que não poderiam ter sido feitos, porque dispensou a biometria.

Por que aconteceu isso? Evidentemente por questão política. Alguém interferiu no INSS exatamente para isso. Então, a participação do Frei Chico no esquema do INSS é clara. Agora, quem não deve, não teme. Se o Frei Chico não tem nada, não tem problema nenhum, por que essa blindagem? Estão com medo?”, criticou Izalci.

Na segunda-feira (20), a comissão realizará, a partir das 16h, a oitiva do empresário Felipe Macedo Gomes, que é ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios (ABCB).

Conafer

Após a votação dos requerimentos da comissão, a comissão parlamentar mista ouviu na sessão desta quinta-feira o depoimento do assessor do presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), Cícero Marcelino de Souza Santos. Em seu depoimento, ele admitiu que abriu empresas para prestar serviços à Conafer por demanda do presidente da confederação, Carlos Roberto Ferreira Lopes. Ele recebia planilhas de pagamentos para as entidades da Conafer e os repassava, mas disse que não tinha conhecimento de onde vinham os recursos recebidos pela confederação. Apesar de ter confirmado ser um prestador de serviços para a Conafer, o depoente alegou que não tinha vínculos empregatícios com a empresa.